

Relatório Anual Societário e Regulatório 2015



Arapoti, Abril de 2016

Índice

1-Relatório da Administração Societário	1
2-Balanco Patrimonial Societário.....	13
3-Demonstração do Resultado do Exercício	17
4- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido.....	21
5-Fluxo de Caixa	24
6-Notas Explicativas Societárias	27
7-Parecer do Conselho Fiscal.....	61
8-Parecer dos Auditores Independentes.....	63
9-Relatório da Administração Regulatório	66
10-Balanco Patrimonial Regulatório	79
11-Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória	83
12- Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido Regulatória	87
13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	90
14-Notas Explicativas Regulatórias.....	93
15-Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	128
16-Parecer do Conselho Fiscal	137
17-Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	139

1-Relatório da Administração Societário

Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 ficará marcado como o primeiro ano de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, que teve sua assembleia de fundação realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada devido à lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. Nesta Lei, o artigo 23 estabelece que as cooperativas de eletrificação rural devam ser regulamentadas, passando a ser distribuidora de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2015, já nos encontramos no sétimo ano como empresa regulamentada, o que nos exige cada vez mais diversos treinamentos e participações em grupos de estudos, a fim de nos inteirarmos cada vez mais nas mudanças ocorridas por força da regulamentação do setor elétrico.

Agora a CERAL - DIS trabalha conforme as normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.015, a sua composição resultou de mudanças contábeis significativas impostas pelo Órgão Regulador, a qual ajustou os efeitos da contabilidade internacional para a contabilidade societária, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, absorvidos totalmente no exercício de 2.015, porém, o impacto causado foi de caráter econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Quanto a próxima revisão tarifária, a ANEEL está em fase de elaboração de uma nova metodologia tarifária para as Cooperativas Permissionárias de Energia, a qual poderá melhorar nossas tarifas de energia, visto que, em comparação com a COPEL, nossas tarifas entre janeiro e junho estavam na média aproximadamente 50 % menor e entre julho e dezembro 35% menor; tanto a INFRACOOOP, as Federações Estaduais e as próprias cooperativas individualmente estão elaborando propostas para esta metodologia, que deverá ser editada até março do ano de 2016.

Em nosso sistema elétrico interno continuamos fazendo as manutenções normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção preventiva de religadores. No entanto, principalmente a partir de setembro, tivemos um ano atípico devido a quantidade excessiva de chuvas, descargas atmosféricas e ventos além do normal para nossa região; isto provocou grandes avarias no sistema, como quebra de postes, cabos e isoladores rompidos, queima de transformadores e religadores, trazendo além de prejuízos financeiros muita fadiga e estresses aos colaboradores, principalmente aos que atendem as redes de distribuição.

Apesar dos desafios enfrentados em 2015 e a expectativa de uma nova revisão tarifária para o ano de 2016, continuaremos em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e sempre agradecidos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Adolf Hendrik Van Arragon

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Pirai do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 07 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001, sendo Permissionária a esta permissionária a certificação no mês de dezembro de 2015 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de Dezembro de 2014 a Dezembro de 2015 sendo renovada a certificação até dezembro de 2017. A Permissionária está certificada desde o ano de 2011.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 33 novas ligações sendo 22 rurais, 09 residenciais e 02 industriais, totalizando 943 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,40% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	190	176	190	197	198
Comercial	63	58	61	58	54
Industrial	16	13	15	16	14
Rural	654	652	647	649	667
Poderes Públicos	10	9	9	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	1	3	3	3	3
Total	935	912	926	929	942
Varição	-10,70%	-2,46%	1,54%	0,32%	1,40%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 22,45 GWh (21,75 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e comercial.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

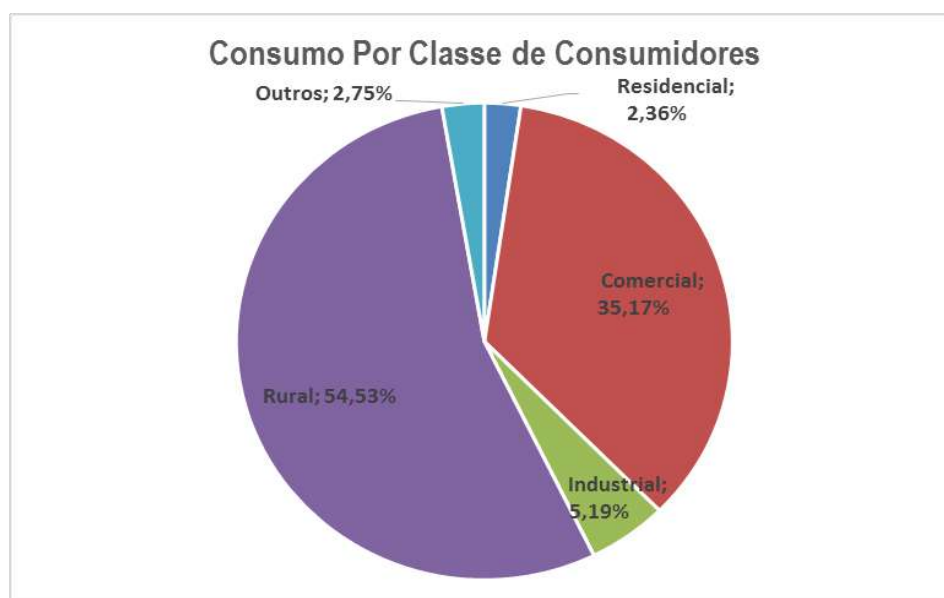
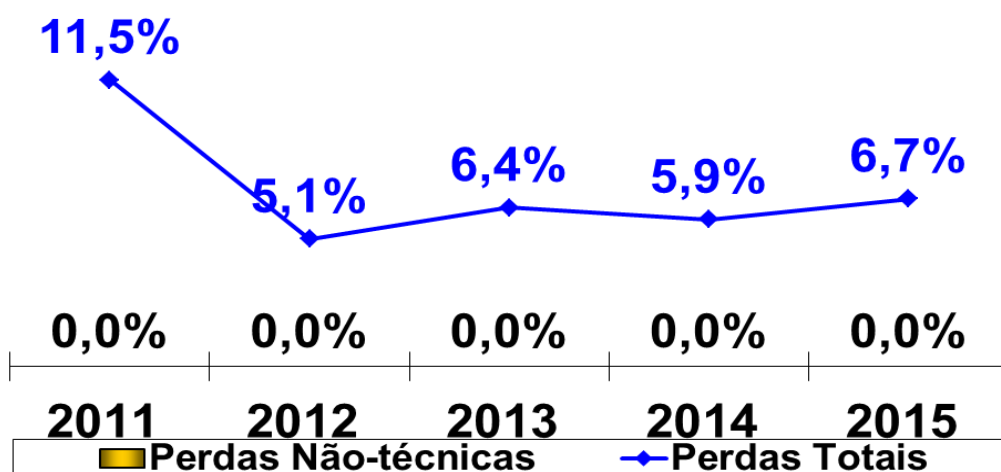
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	20	21	21	22	22
Fornecimento	20	21	21	22	22
Residencial	0	0	1	1	1
Comercial	7	7	8	8	8
Industrial	1	1	1	1	1
Rural	11	11	12	12	12
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	0	0	0	0	0
Serviço Público	0	0	0	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Dsitribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	20	21	21	22	22
Varição	7,64%	4,15%	3,54%	1,71%	3,21%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 13,5% em 2014 para 2015.

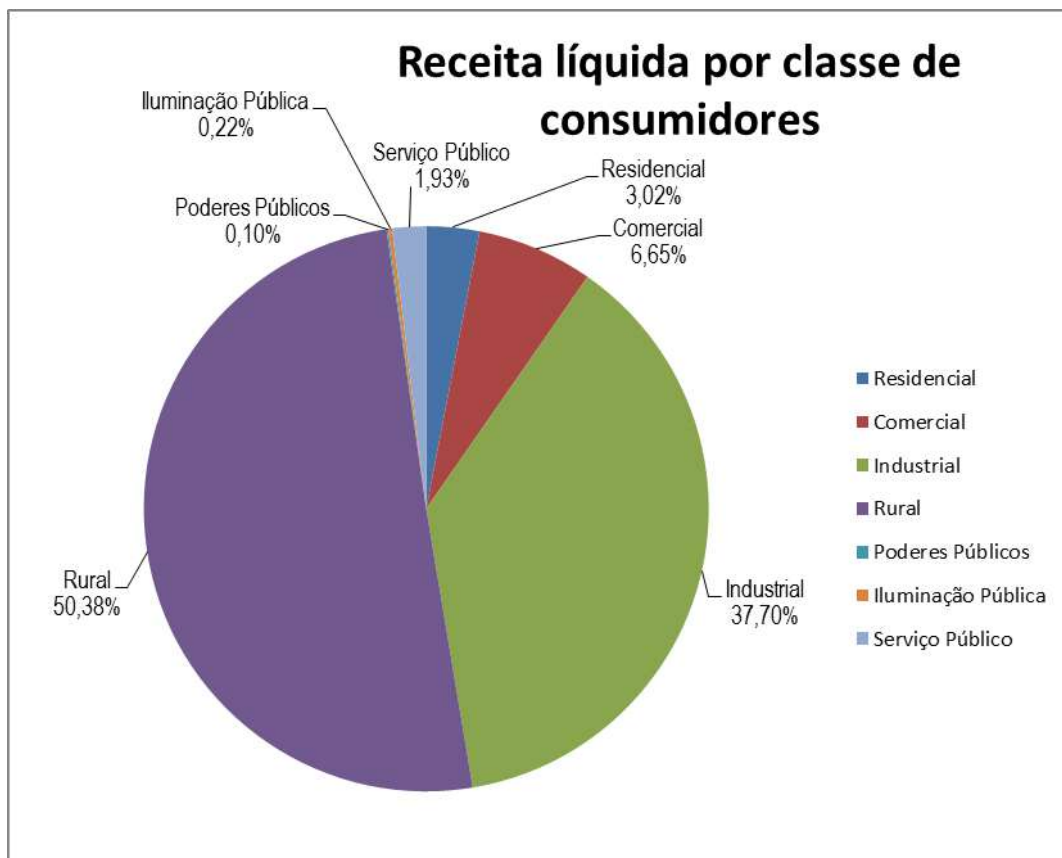
Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	20	21	21	22	22
- Fornecimento	20	21	21	22	22
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	20	21	21	22	22
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	3	1	1	1	2
Perdas Técnicas	3	1	1	1	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	3	1	1	1	2
PT / Energia Requerida %	11,5%	5,1%	6,4%	5,9%	6,7%
Total	22	22	22	23	24



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 5.198,90 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2015	2014	%
Residencial	157,12	120,55	30,34%
Comercial	345,73	269,89	28,10%
Industrial	1.959,78	1.476,05	32,77%
Rural	2.619,19	1.904,09	37,56%
Outros	117,08	90,71	119,88%
Poderes Públicos	5,03	3,24	55,25%
Iluminação Pública	11,47	8,34	37,53%
Serviço Público	100,58	79,13	27,11%
Total	5.198,90	3.861,29	34,64%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 1,40 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2015	2014	Var %
Residencial	198	197	0,51%
Comercial	54	58	-6,90%
Industrial	14	16	-12,50%
Rural	667	649	2,77%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	942	929	1,40%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 211,55, com aumento de 19,26% com relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL no de 1912/06/15.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	305,45
Comercial	301,85
Industrial	248,88
Rural	216,41

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	320	320	195	224

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	23,65	11,61	2,02
2012	21,48	17,56	1,50
2013	18,12	15,93	1,37
2014	24,83	15,31	2,23
2015	37,27	18,21	2,06

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que tem o objetivo de, Reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangerá aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2015, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando uma maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (981,42) mil, contra R\$ (136,29) mil em 2014, um aumento de 620,10%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

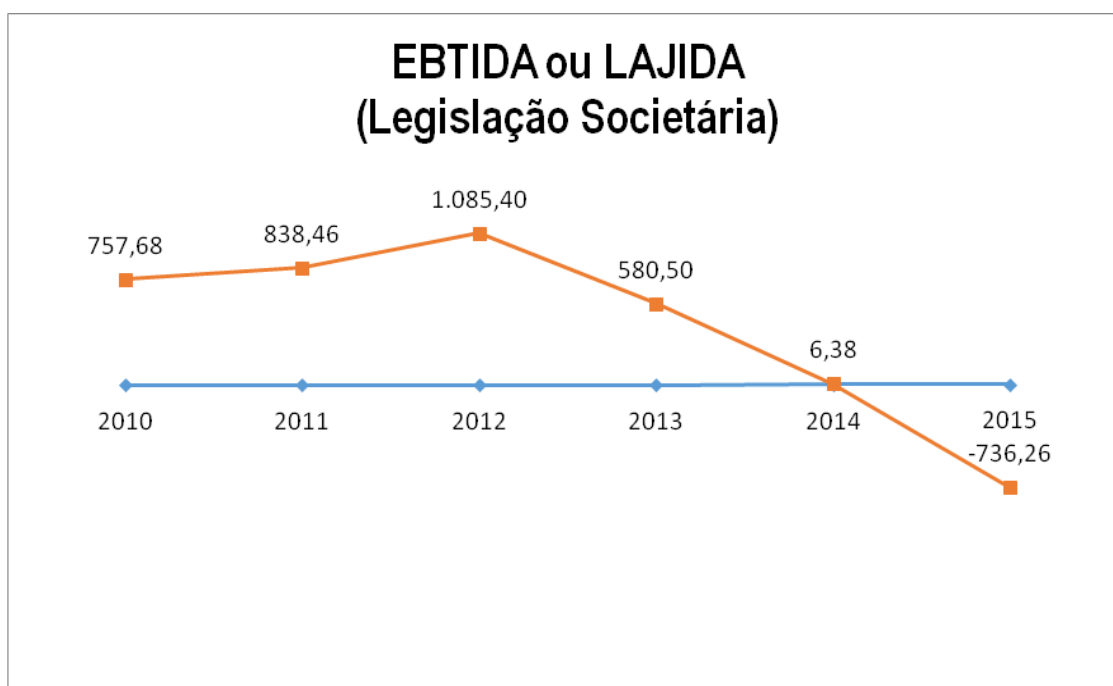
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (981,42) mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (566,26) mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 332,58 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 4.340,35 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 3.490,51 mil.

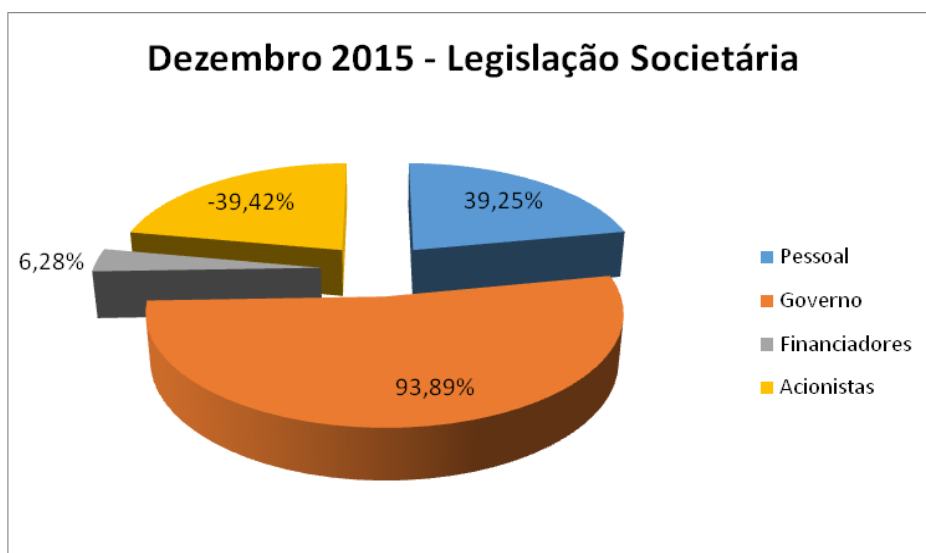
As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 6.507,62 mil, 36,02% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 762,87% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (33,90)% contra (3,39)% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ (736,26) mil, inferior em 11.640,13% a 2014, que foi de R\$ 6,38 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 307,00 mil, 29,54% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 280,23 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.032,00 mil.

Valor adicionado: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 2.646,45 mil, representando 38,09% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.988,11mil, composto por 1.988.105 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, e pela expectativa que ainda será definida pela metodologia tarifária a ser aplicada às Permissionárias neste 2º Ciclo de Revisão Tarifária a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	942	930	1,29%
Número de empregados	18	18	0,00%
Número de consumidores por empregado	52	52	0,63%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km²)	885,40	885,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5	4	24,11%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	44.166,33	44.194,00	-0,06%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	234,49	177,38	32,20%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	305,45	227,31	34,38%
Comercial	301,85	196,28	53,79%
Industrial	248,88	226,78	9,74%
Rural	216,41	159,57	35,62%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	37,27	24,83	50,10%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,86	0,63	36,51%

População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,18	2,37	-8,02%
FEC (número de interrupções)	18,21	15,31	18,94%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,84	1,66	-49,40%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	18,21	503,98	-96,39%
Capacidade instalada (MW)	0,84	24,31	-96,54%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	6.947,03	5.474,84	26,89%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	4.703,54	4.555,00	3,26%
Margem operacional do serviço líquida (%)	47,70%	20,19%	136,20%
EBITDA OU LAJIDA	-736,26	6,38	11640,13%
Lucro líquido (R\$ mil)	-981,42	-156,87	525,63%
Lucro líquido por mil cotas	-981,42	-156,87	525,63%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.894,82	4.019,85	-27,99%
Valor patrimonial por cota R\$	2.894,82	4.019,85	-27,99%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-0,34	-0,04	768,77%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,84	0,40	109,01%
Em moeda nacional (%)	0,84	0,40	109,01%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,39	2,92	16,10%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1369,33	1.208,45	13,31%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	26,17	23,39	11,89%
Retorno de ativos por unidade	-0,60	-0,19	215,79%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2.016

A Administração

2-Balanco Patrimonial Societário

2 Balanço Patrimonial

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	2.862,80	2.490,08
Caixa e equivalentes de caixa	1.418,09	1.600,84
Consumidores	685,26	391,95
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	67,36	33,00
Tributos compensáveis	76,12	79,65
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	123,46	110,99
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	224,05	-
Despesas pagas antecipadamente	25,19	25,47
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	243,27	248,18
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	2.461,17	2.221,34
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,87	19,17
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	673,26	559,39
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,22	3,50
Imobilizado	96,45	93,21
Intangível	1.665,37	1.546,07

Total do ativo	5.323,97	4.711,42
-----------------------	-----------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	1.488,28	575,92
Fornecedores	400,67	252,01
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	98,30	81,60
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	168,87	96,56
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	478,52	120,42
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	320,47	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	21,45	25,33
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	940,86	115,64
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	797,83	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	143,03	115,64
Total do passivo	2.429,14	691,56
Patrimônio líquido	2.894,83	4.019,86
Capital social	1.988,10	1.988,01
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	2.031,85
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(174,37)	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.977,22	-
Sobras à disposição da Assembleia	(896,12)	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	2.894,83	4.019,86
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.323,97	4.711,42

3-Demonstração do Resultado do Exercício

3 Demonstração do Resultado do Exercício

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	6.947,03	5.474,85
Fornecimento de energia elétrica	2.555,30	1.671,70
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.648,33	2.996,74
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	79,23	-
Serviços cobráveis	0,43	0,58
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.021,42	829,64
Outras receitas	(357,68)	(23,81)
Tributos	(1.030,70)	(790,92)
ICMS	(922,71)	(730,81)
PIS-PASEP	(19,23)	(10,71)
Cofins	(88,76)	(49,40)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.212,81)	(141,25)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(25,31)	(23,26)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(25,31)	(22,98)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(642,40)	(82,69)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(11,34)	(12,32)
Outros encargos	(508,45)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	4.703,52	4.542,68
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.793,67)	(2.445,25)

Energia elétrica comprada para revenda	(2.793,67)	(2.445,25)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.909,85	2.097,43
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.960,33)	(2.326,60)
Pessoal e administradores	(1.342,89)	(1.221,97)
Material	(104,23)	(96,28)
Serviços de terceiros	(628,28)	(600,93)
Arrendamento e aluguéis	(170,65)	(160,72)
Seguros	(10,61)	(10,33)
Doações, contribuições e subvenções	(27,23)	(24,85)
Provisões	0,02	(0,30)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	7,61	9,53
Tributos	(4,47)	(3,17)
Depreciação e amortização	(157,07)	(142,67)
Gastos diversos	(1.276,12)	(74,91)
Outras Receitas Operacionais	784,56	-
Outras Despesas Operacionais	(30,97)	-

Resultado da Atividade	(1.050,48)	(229,17)
-------------------------------	-------------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	69,06	92,88
Despesas financeiras	(129,53)	(92,01)
Receitas financeiras	198,59	184,89

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(981,42)	(136,29)
---	-----------------	-----------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(89,08)	(20,58)
---	----------------	----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	(1.070,50)	(156,87)
--	-------------------	-----------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	----------	----------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	(0,54)	(0,08)
-----------------------	---------------	---------------

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(0,54)	(0,08)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
---	----------	----------

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

4- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

4 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribui o de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.717,39	-	-	2.228,60	272,14	-	-	-	4.218,13
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(1,52)	-	-	-	-	-	-	-	(1,52)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(156,88)	-	-	-	(156,88)
Destina�o proposta � A.G.O.:	272,14	-	-	-	(272,14)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(198,59)	198,59	-	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	41,71	(41,71)	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(39,88)	-	-	-	-	(39,88)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.988,01	-	-	2.031,84	0,00	-	-	-	4.019,85
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(174,37)	-	-	-	(174,37)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(896,12)	-	(896,12)
Reserva legal	-	-	-	(90,32)	-	90,32	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(506,77)	-	452,13	-	-	(54,64)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.434,75)	-	1.434,75	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988,11	-	-	-	(174,37)	1.977,20	(896,12)	-	2.894,82

5-Fluxo de Caixa

5 Fluxo de Caixa

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	7.030,83	5.447,92
Outros recebimentos	47,37	-
Pagamentos a fornecedores	(686,90)	(619,36)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(2.741,49)	(2.500,40)
Pagamentos a empregados	(949,19)	(877,78)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29,72)	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(574,51)	(489,91)
Tributos Estaduais e Municipais	(883,99)	(709,27)
Encargos Setoriais	(670,45)	(107,23)
Outros Pagamentos	(533,84)	(404,02)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	8,11	(260,05)
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	(14,00)	-
Aquisição de imobilizado	(317,48)	(315,50)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(331,48)	(315,50)

Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	142,13	146,57
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	-	-
Outras Despesas Financeiras	(1,51)	(1,75)
Dividendos pagos	-	-

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	140,62	144,82
---	---------------	---------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(182,75)	(430,73)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.600,84	2.031,57
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.418,09	1.600,84

6-Notas Explicativas Societárias

6 Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERAL - DIS é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERAL – DIS detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul e São José da Boa Vista, Estado do Paraná, conforme contrato de Permissão Nº 014/2008 assinado em 28/11/2008. Atualmente (base dezembro/2015), possui 243 associados, divididos em 58,67% de consumo rural, 0,77% de consumo residencial, 4,58% de consumo comercial, 35,73% de consumo industrial e 0,24% de consumo poderes públicos. Possui também 573 consumidores (não associados), divididos em 64,34% de consumo rural, 7,93% de consumo residencial, 7,01% de consumo comercial, 10,81% de consumo industrial, 1,36% de consumo iluminação pública, 8,33% de consumo serviço público (água, esgoto e saneamento) e 0,23% de consumo próprio. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pela Concessionária local, a COPEL Distribuição S.A.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 28/11/2008 até o dia 27/11/2028.

Conforme MP 466, foi emendado o art. 23 da lei 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3º As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30(trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014 e 245/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 1.665,37 mil (R\$ 1.430,43 mil em 2014) e para Ativos Financeiros de R\$ 673,26 mil (R\$ 559,39 mil em 2014).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERAL-DIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2015, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 224,05 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 1.118,30 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência.

. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CERAL-DIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 367/2009, em substituição às instruções da Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de janeiro/2011. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido**

A CERAL - DIS não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2015 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERAL - DIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que no exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014 e 245/2016 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 1.584,27 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2015	2014
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	31/05/2017	99,50% do CDI	0,00	0,44
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	30/06/2017	99,00% do CDI	0,00	84,21
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	11/09/2017	99,50% do CDI	0,00	118,85
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	30/10/2017	99,50% do CDI	0,00	235,75
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	08/03/2018	99,50% do CDI	0,00	149,58
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	05/05/2018	99,50% do CDI	108,76	341,56
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	21/08/2024	99,50% do CDI	229,29	206,28
Banco do Brasil	Renda Fixa	26/06/2018	86,00% do CDI	78,47	71,44
Banco do Brasil	Renda Fixa	27/09/2018	88,00% do CDI	179,58	163,35
Banco do Brasil	Renda Fixa	22/02/2019	88,00% do CDI	234,45	212,81
SICREDI – Cooperativa de Crédito Rural do Alto Paranapanema	Renda Fixa	24/07/2025	103,00% do CDI	523,76	0,00
Total				1.354,31	1.584,27

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2015 e 2014, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2014	2014
Consumidores		
Faturados	594,55	341,51
Não faturados	88,00	25,74
Sub Total	682,55	367,25
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	682,55	367,25

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação societária			
					Provisão para devedores		Saldo	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	21,29	3,85	0,32	25,46	(0,32)	(0,52)	25,14	15,64
Industrial	208,99	10,51	0,00	219,50	0,00	0,00	219,50	124,59
Comércio, Serviços e Outras Atividades	44,96	1,06	0,00	46,01	0,00	0,00	46,01	35,49
Rural	273,04	14,79	1,37	289,20	(0,17)	0,00	289,03	155,10
Poder Público	1,61	-	0,00	1,61	0,00	0,00	1,61	0,72
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	1,61		0,00	1,61	0,00	0,00	1,61	0,72
							0,00	0,00
Iluminação Pública	1,79	0,00		1,79	0,00	0,00	1,79	0,97
Serviço Público	10,98	0,00	0,00	10,98	0,00	0,00	10,98	8,48
Renda não Faturada	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00	0,00	88,00	25,74
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	650,65	30,20	1,69	682,55	(0,49)	(0,52)	682,06	366,73
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	650,65	30,20	1,69	682,55	(0,49)	(0,52)	682,06	366,73

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2015 (R\$ 0,49/reais mil) diminuiu em 6,12% em relação ao ano de 2014 (R\$ 0,52/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2015, importavam em: 218,64 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2015	2014
Em Serviço Societário	96,45	93,20
Em Curso Societário	0,00	0,00
Ativo Financeiro da Concessão	673,26	559,39
Ativo Intangível da Concessão	1.282,44	1.253,06
Ativo Intangível em Curso	382,93	293,01
Reavaliação Regulatória Compulsória	5.337,37	5826,38
Sob Total	7.772,45	8.025,04
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-143,03	-115,64
Sub Total	-143,03	-115,64
Total	7.629,42	7.909,40

Ativo Imobilizado Societário	96,45	93,20
Ativo Imobilizado Regulatório	7.629,42	7.909,40

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• **Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Liquido 2015	Valor Liquido 2014
Intangíveis				
Em Serviço	1.458,25	175,81	1.282,44	1.253,06
Em Curso	382,93		382,93	293,01
Total	1.841,18	175,81	1.665,37	1.546,07

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2015, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2015
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	102,14	198,96	(116,16)	1,13	37,98	224,05
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	3,39	37,70	-	1,13	(4,77)	37,45
Sobrecontratação de Energia				-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP				-	-	-
Outros	98,75	161,26	(116,16)	-	42,75	186,60
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	102,14	198,96	(116,16)	1,13	37,98	224,05

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transf- erências	Saldo em 31/12/2015
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	922,36	666,38	(159,89)	9,28	(319,84)	1.118,29
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	12,02	291,54	(12,54)	8,90	(181,45)	118,47
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	910,34	112,15	(147,35)	0,38		875,52
Outros	-	262,69		-	(138,39)	124,30
Total Passivos Financeiros Setoriais	922,36	666,38	(159,89)	9,28	(319,84)	1.118,29

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2015	2014
COPEL Distribuição S. A	308,03	210,91
Proinfa	11,71	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	319,74	210,91
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	80,93	41,10
Sub Total - Materiais e Serviços	80,93	41,10
Total	400,67	252,01

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2015	2014
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Banco do Brasil (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SICREDI (Cheque Especial)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: A CERAL - DIS não possui saldo devedor em 2015 em nenhuma instituição financeira.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2015 e 2014.

	Legislação societária	
	2015	2014
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	11,87
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher - Vermelha	245,76	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	0,97	0,91
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	98,58	8,49
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	115,58	79,29
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17,64	19,86
Total	478,53	120,42

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERAL - DIS possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de 20,87 (Reais/Mil) compradas para ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERAL - DIS no exercício de 2015 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2015			2014		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Não houve neste exercício nenhuma contingência a ser provisionada.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 1.988,01 (Reais/mil), sendo composto por 1.988.105 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Adolf Hendrik Van Arragon	8.512	0,4281
Adriaan Frederik Kok	6.673	0,3356
Alberto Carlos van de Pol	14.501	0,7294
Pedro Elgersma	44.950	2,2609
Wiefred Alberts	2.045	0,1029
Marius Cornelis Bronkhorst	9.566	0,4812
Johannes Bosch	6.247	0,3142
Marcelo Geraldo Kool	5.349	0,2691
Wim Koopman	1.737	0,0874
Pieter Voorsluys	4.262	0,2144
Martinus Kool	16.234	0,8166
Albert Cristiaan Kok	4.359	0,2193
Beate Von Staa	22.980	1,1559
Adriaan Jacob Bronkhorst	7.764	0,3905
Capal - Cooperativa Agro Industrial	524.632	26,3885
Demais Cooperados (nº de 228)	1.308.294	65,8061
T O T A L	1.988.105	100,00

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total da Reserva de Capital	0,00	0,00

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	0,00	90,32
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para investimentos	0,00	1.941,52
Lucros Acumulados a disposição da AGO	0,00	0,00
Capital social	0,00	1.988,01
Sub Total	0,00	4.019,85

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	90,32	0,00
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	452,14	0,00
Reservas Estatutárias	1.434,76	0,00
	1.977,22	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-174,38	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	-896,12	0,00
Capital social	1.988,11	0,00
Sub Total	917,61	0,00
Total das Reservas	2.894,83	4.019,85

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procederemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da

Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido. A CERAL-DIS não passou pelo primeiro processo de revisão tarifária periódica, portanto não tem os valores reavaliados nesse exercício por conta do PRORET.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2015 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2015, em virtude do resultado negativo apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	942	929	22.449,55	21.752,10	6.154,77	4.584,03
Residencial	198	197	530,00	530,33	226,80	168,99
Industrial	14	16	7.895,03	7.519,94	2.618,23	2.011,21
Comercial	54	58	1.165,13	1.190,08	492,65	378,60
Rural	667	649	12.241,71	11.932,37	2.646,62	1.901,70
Poder público	5	5	16,57	14,28	7,16	4,56
Iluminação pública	1	1	61,04	61,00	16,77	11,75
Serviço público	3	3	540,08	504,10	146,54	107,22
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	3.648,33	2.996,74

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2015 e 2014 a CERAL - DIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2015	2014	Reais Mil	
			2015	2014
COPEL Distribuição	24,044	23,118	2.540,61	2.307,47
PROINFA	0,605	0,619	141,62	137,78
Total	24,648	23,737	2.682,23	2.445,25

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	100,47	1.002,64	900,57	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	28,62	288,46	257,27	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	1,62	2,92	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	(63,20)	(127,52)	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	9,46	53,27	50,18	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	138,55	1.282,79	1.083,42	0,00	0,00
Material	0,00	1,46	104,23	94,82	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	70,23	628,28	530,71	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	18,54	170,65	142,18	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,87	157,08	141,80	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,30	-0,02	0,00	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,30	-0,02	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	2.445,25	2.793,67	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	1,39	0,00	10,92	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,51	4,47	2,66	0,00	0,00
Outras	0,00	3,04	1.366,47	97,52	0,00	0,00
Total Outras	0,00	2.450,19	4.164,61	111,10	0,00	0,00
Total Geral	0,00	2.680,14	6.507,62	2.104,03	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

						Legislação societária	
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2015	2014
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	129,53	0,00	0,00	129,53	92,01
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	129,53	0,00	0,00	129,53	92,01
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	129,53	0,00	0,00	129,53	92,01

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2015	2014
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(981,42)	(136,29)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-89,08	-20,58
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-89,08	-20,58

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2015.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERAL - DIS como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e Odontológicos (Convênio com a UNIMED), totalizando R\$ 51,37 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2015.

25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

		Legislação societária		
		2015	2014	
<u>Parte Relacionada</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>R\$/mil</u>	<u>R\$/mil</u>
SICREDI - Coop. De Créd. Rural do Alto Parapanema com integralização de capital em 01 março 2010 para movimentação de conta corrente.	CONTA CORRENTE	Não controlador	5,22	3,50

A título de remuneração da diretoria "chave – administrativa" do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2015	2014
Remuneração	52,07	48,95
Encargos	8,04	7,40
Total	60,11	56,35

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2015 e 2014, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2015, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERAL - DIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2015 e 2014.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Vlr segurado</u>	<u>Prêmio</u>
Veículos	26/02/2015 a 26/02/2016	141,92	9,92

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da HDI Seguros, foram segurados os veículos abaixo relacionados:

- 01 Caminhão Mercedes Benz L 1313 c/ Munck ano e mod. 1985/1985;
- 01 Fiat Strada 1.4 MPI Fire Flex 8V CS ano e mod. 2011/2011;
- 01 Chevrolet S-10 Pickup CD Advantage 2.4 MPFI ano e mod 2009/2010;
- 01 Fiat Strada Working 1.4 MPI Fire Flex ano e mod. 2013/2013.

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29 Eventos Subsequentes

Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a harmonização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Concessionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu a tais implementações.

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2015, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – CERAL – DIS, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Mantém convênios com Planos de Saúde e Odontológicos através da Fundação CAPAL e, distribuição de cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

A CERAL – DIS participa de ações na comunidade, proporcionando desconto na fatura de energia para o Lar do Idoso, bem como a Escola Colônia Holandesa, beneficiando aproximadamente 300 pessoas entre alunos e idosos.

Educação

A CERAL – DIS implantou programa de incentivo a educação a qual participará no reembolso de 50 % das despesas com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes, cursos de ensino superior e cursos de pós-graduação e 25 % nos cursos de graduação que não tenham relação direta com o ramo de atuação da Cooperativa.

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30
Demonstração do Balanço Social - 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)
COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI - CERAL - DIS

	2015			2014		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			4.703,54			4.555,00
Lucro Operacional (LO)			(1.050,49)			(229,17)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.342,90			1.221,97
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	296,5	22,08%	6,30%	274,16	22,44%	6,02%

Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	36,39	2,71%	0,77%	34,53	2,83%	0,76%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	5,42	0,40%	0,12%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1,28	0,10%	0,03%	1,15	0,09%	0,03%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	8,28	0,62%	0,18%	14,73	1,21%	0,32%
Total	347,87	25,90%	7,40%	324,57	26,56%	7,13%

	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	27,23	-2,59%	0,58%	25,78	-11,25%	0,57%
Total de contribuições para a sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	1.035,17	-98,54%	22,01%	814,66	-355,48%	17,88%
Total	1.035,17	-98,54%	22,01%	814,66	-355,48%	17,88%

	% sobre			% sobre		
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	18	18
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	6
Ensino médio	5	5
Ensino fundamental	7	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	1	1
De 30 até 45 anos (exclusive)	7	7
Acima de 45 anos	10	10
Admissões durante o período	0	0
Mulheres que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	33,33%	33,33%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	33,33%	33,33%
Negros que trabalham na empresa	4	4
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	30	31
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,38	8,61
Maior remuneração	8,77	8,05

Menor remuneração	1,01	0,93
Acidentes de trabalho	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERAL - DIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sendo que, ao término do exercício de 2015, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 4.703,54 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 52,73% que foi de R\$ 3.079,55 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2015, foi de 943, já em 2014 foi de 920 ocasionando um aumento de 2,50% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2015, montaram em R\$ 1.282,79 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 1.165,62 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 10,05 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2015, foram de R\$ 2.274,09 (Reais/mil), superior em 96,09% ao ano anterior que foi de R\$ 1.159,72 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2015 importou em R\$ 69,07 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2014, o Resultado Financeiro foi de R\$ 92,88 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coefficientes	Fórmula	Unidade	2015	2014
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	1,92	4,32
Seca	(AC - E) / PC	R\$	1,84	4,13
Absoluta	AD / PC	R\$	0,04	2,78
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,19	4,44
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	(15,11)	(2,49)
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	(16,17)	(4,19)
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	(15,11)	(2,87)
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	(49,36)	(7,89)
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	(33,90)	(3,90)
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	(18,43)	(3,33)
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	45,63	14,68
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	54,37	85,32
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	33,09	34,87
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	65,13
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	4,85	236,99
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	88,62	236,99
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	1,37	1,91

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Período Aquisição	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2015	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	14,83	20,87	35,70
Exercício de 2015	IRRF Sob Aplic Financeira	32,07	0,00	32,07
Exercício de 2015	CSLL de períodos anteriores	13,90	0,00	13,90
Exercício de 2015	IRPJ de períodos anteriores	15,33	0,00	15,33
Total Geral				97,00

A CERAL - DIS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERAL – DIS, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CERAL - DIS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a COPEL Distribuição S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERAL – DIS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu segundo reajuste tarifário no mês de junho de 2011 e para 2012 permaneceram as mesmas tarifas desse reajuste conforme determinação da ANEEL, em 2013 teve sua 1ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), em Junho de 2014 houve o terceiro reajuste tarifário e em Junho de 2015 houve o quarto reajuste tarifário, não existindo diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica

Esta Permissionária teve sua primeira Revisão Tarifária Periódica em Junho/2013, conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 1.543 de 25 de Junho de 2013. Também teve a Revisão Tarifária Extraordinária através da Resolução Homologatória nº 1.570 de 16 de Julho de 2013.

38 Ganhos Contingentes

A CERAL – DIS não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	5,62%	5,30%	5,32%
	Revisão 2012	IRT 2013	IRT 2014	IRT 2015
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30	14.564,26	15.336,16	16.152,04
(2) Obrigações Especiais Brutas		-		
(3) Bens Totalmente Depreciados	377,82	399,05	420,20	442,55
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	13.411,48	14.165,21	14.915,96	16.594,59
(5) Depreciação Acumulada	5.312,87	5.611,45	5.908,86	6.223,21
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	8.098,61	8.553,75	9.007,10	10.371,38
(7) Obrigações Especiais Líquidas		-	-	
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoarifado em Operação	41,37	43,69	46,01	48,46
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	8.139,98	8.597,45	9.053,11	10.419,84
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória		-	-	
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	8.057,24	8.510,06	8.961,09	9.437,82

40 Reajuste Tarifário

O ano de 2013 foi atípico, uma vez que, em função da MP 579/2012, posteriormente convertida em Lei, a CERAL-DIS teve suas tarifas reajustadas em Junho / 2013 através da edição de RTE. Esta RTE visou obedecer à determinação governamental da concessão de descontos ao preço de energia, em contrapartida a diminuição de encargos setoriais, bem como ao compromisso de depósito mensal de subsídios via CDE.

Em 30 de junho / 2014, foi publicado o IRT - Índice de Reajuste Tarifário, através da Resolução Homologatória ANEEL 1766/2014, já em 30 de junho / 2015, em nossa data contratual, foi publicado o IRT - Índice de Reajuste Tarifário, através da Resolução Homologatória ANEEL 1912/2015.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

O Patrimônio da CERAL – DIS decorre de Cisão, evento ocorrido em março de 2009, momento em que os ativos relacionados a energia elétrica foram transferidos da Cooperativa de Infra Estrutura – CERAL para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica CERAL – DIS, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme determina a Resolução nº 12 de janeiro de 2002.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2015 e 2014 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERAL-DIS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ (735,26) mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2015 foram utilizados as seguintes contas:

	2015	2014
Lucro/Prejuízo Líquido	-981,42	-156,87
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	89,08	20,58
Depreciação e Amortização	157,08	142,67
	-735,26	6,38

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

Balanço Patrimonial Fiscal 2015

Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		2.862,80	-	2.862,80	-	2.862,80
Caixa e equivalentes de caixa		1.418,09	-	1.418,09	-	1.418,09
Consumidores	14.1	685,26	-	685,26	-	685,26

Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		67,36	-	67,36	-	67,36
Tributos compensáveis		76,12	-	76,12	-	76,12
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		123,46	-	123,46	-	123,46
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	224,05	-	224,05	-	224,05
Despesas pagas antecipadamente		25,19	-	25,19	-	25,19
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		243,27	-	243,27	-	243,27
Ativo não circulante		7.798,53	(5.337,36)	2.461,17	405,06	2.866,23
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		20,87	-	20,87	-	20,87
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	673,26	673,26	-	673,26
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5,22	-	5,22	-	5,22
Imobilizado	14.4	7.742,98	(7.646,53)	96,45	405,06	501,51
Intangível	14.5	29,46	1.635,91	1.665,37	-	1.665,37
Total do ativo		10.661,33	(5.337,36)	5.323,97	405,06	5.729,03
Passivo						
Passivo circulante				1.488,28	-	1.488,28
Fornecedores				400,67	-	400,67

Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		98,30	-	98,30	-	98,30
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		168,87	-	168,87	-	168,87
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		478,52	-	478,52	-	478,52
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	320,47	-	320,47	-	320,47
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		21,45	-	21,45	-	21,45
Passivo não circulante		940,86	-	940,86	-	940,86
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	797,83	-	797,83	-	797,83
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		143,03	-	143,03	-	143,03
Total do passivo		2.429,14	-	2.429,14	-	2.429,14

Patrimônio líquido						
Capital social		1.988,10	-	1.988,10	-	1.988,10
Reservas de capital		(405,06)	405,06	-	(12,82)	(12,82)
Outros resultados abrangentes		5.337,36	(5.337,36)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		197,41	(371,78)	(174,37)	417,88	243,51
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-

Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	1.977,22	-	1.977,22	(896,12)	1.081,10
Sobras à disposição da Assembleia	(862,84)	(33,28)	(896,12)	896,12	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	8.232,19	(5.337,36)	2.894,83	405,06	3.299,89
Total do passivo e do patrimônio líquido	10.661,33	(5.337,36)	5.323,97	405,06	5.729,03

Demonstração Fiscal do Resultado do Exercício 2015

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		7.304,71	(357,68)	6.947,03	-	6.947,03
Fornecimento de energia elétrica		2.555,30	-	2.555,30	-	2.555,30
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		3.648,33	-	3.648,33	-	3.648,33
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		79,23	-	79,23	-	79,23
Serviços cobráveis		0,43	-	0,43	-	0,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.021,42	-	1.021,42	-	1.021,42
Outras receitas vinculadas		-	(357,68)	(357,68)	-	(357,68)
Tributos		(1.030,70)	-	(1.030,70)	-	(1.030,70)
ICMS		(922,71)	-	(922,71)	-	(922,71)
PIS-PASEP		(19,23)	-	(19,23)	-	(19,23)
Cofins		(88,76)	-	(88,76)	-	(88,76)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.212,81)	-	(1.212,81)	-	(1.212,81)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(25,31)	-	(25,31)	-	(25,31)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(642,40)	-	(642,40)	-	(642,40)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(25,31)	-	(25,31)	-	(25,31)
Taxa de fiscalização		(11,34)	-	(11,34)	-	(11,34)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(508,45)	-	(508,45)	-	(508,45)
Receita líquida / Ingresso líquido		5.061,20	(357,68)	4.703,52	-	4.703,52
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.793,67)	-	(2.793,67)	-	(2.793,67)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.652,05)	-	(2.652,05)	-	(2.652,05)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(141,62)	-	(141,62)	-	(141,62)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.267,53	(357,68)	1.909,85	-	1.909,85
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.902,85)	(57,48)	(2.960,33)	1.314,00	(1.646,33)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)	(1.342,89)	-	(1.342,89)	-	(1.342,89)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(104,23)	-	(104,23)	-	(104,23)
Serviços de terceiros	(628,28)	-	(628,28)	-	(628,28)
Arrendamento e aluguéis	(170,65)	-	(170,65)	-	(170,65)
Seguros	(10,61)	-	(10,61)	-	(10,61)
Doações, contribuições e subvenções	(27,23)	-	(27,23)	0,58	(26,65)
Provisões	0,02	-	0,02	0,21	0,23
Recuperação de despesas	7,61	-	7,61	-	7,61
Tributos	(4,47)	-	(4,47)	-	(4,47)
Depreciação e amortização	(562,13)	405,06	(157,07)	405,06	247,99
Gastos diversos da atividade vinculada	(35,51)	(1.240,61)	(1.276,12)	908,15	(367,97)
Outras Receitas Operacionais	6,49	778,07	784,56	-	784,56
Outras Gastos Operacionais	(30,97)	-	(30,97)	-	(30,97)
Resultado da Atividade	(635,32)	(415,16)	(1.050,48)	1.314,00	263,52
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	69,06	-	69,06	-	69,06
Despesas financeiras	(129,53)	-	(129,53)	-	(129,53)
Receitas financeiras	198,59	-	198,59	-	198,59
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	(566,26)	(415,16)	(981,42)	1.314,00	332,58
Despesa com impostos sobre os lucros	(89,08)	-	(89,08)	-	(89,08)
Resultado líquido das operações em continuidade	(655,34)	(415,16)	(1.070,50)	1.314,00	243,50
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(655,34)	(415,16)	(1.070,50)	1.314,00	243,50
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	(0,33)	(0,21)	(0,54)	1,33	0,79
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(0,33)	(0,21)	(0,54)	1,33	0,79
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2015

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.988,01	-	-	2.031,84	0,00	-	-	-	4.019,85
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(174,37)	-	-	-	(174,37)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(896,12)	-	(896,12)
Reserva legal	-	-	-	(90,32)	-	90,32	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(506,77)	-	452,13	-	-	(54,64)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.434,75)	-	1.434,75	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	(12,82)	-	-	417,88	(896,12)	896,12	-	405,06
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988,11	(12,82)	-	(0,00)	243,51	1.081,08	-	-	3.299,88

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERALDIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2015, o saldo de 242,11 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	4,48	15,94	-17,48	2,94
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	237,63	1.005,63	-1.027,61	215,65
				218,59

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 23/03/2016 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

ADOLF HENDRIK VAN ARRAGON
Diretor Presidente

ADRIAAN FREDERIK KOK
Secretário

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil
CRC – PR 041184/O-0

7-Parecer do Conselho Fiscal

7 Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2.015, bem como as Demonstrações das Sobras ou Perdas e demais documentos durante o ano fiscal de 2.015, encontrando tudo em perfeita e boa ordem

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.015, a sua composição resultou de mudanças contábeis significativas impostas pelo Órgão Regulador, a ANEEL, a qual ajustou os efeitos da contabilidade internacional para a contabilidade regulatória, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, absorvidos totalmente no exercício de 2.015.

Este Conselho entende que o impacto causado foi puramente econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 21 de março de 2016.

Antonio F. Kool

Leendert J. Kok

Jan Gerrit Berendsen

8-Parecer dos Auditores Independentes

8 Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À

Diretoria e Cooperados da
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – Ceral - Dis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS** (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Bases para opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

A cooperativa no ano de 2015, não realizou o Inventário físico do Almoxarifado de Manutenção, Sucatas e de Investimentos, conforme a legislação vigente.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - CERAL - DIS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas e como informação suplementar pelas IFRS, as quais não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, foram por nós auditadas, para os quais foram emitidos Relatório dos Auditores Independentes sem ressalva datado de 19 de março de 2015.

Campinas, 04 de março de 2016.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" PR.

9-Relatório da Administração Regulatório

9 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O ano de 2009 ficará marcado como o primeiro ano de funcionamento efetivo da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, que teve sua assembleia de fundação realizada no dia 08 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em novembro de 2008.

A CERAL-DIS foi fundada devido à lei 9074/95, lei esta que regulamentou o processo de privatização das empresas de energia elétrica de nosso país. Nesta Lei, o artigo 23 estabelece que as cooperativas de eletrificação rural devam ser regulamentadas, passando a ser distribuidora de serviços públicos de eletricidade.

No ano de 2015, já nos encontramos no sétimo ano como empresa regulamentada, o que nos exige cada vez mais diversos treinamentos e participações em grupos de estudos, a fim de nos inteirarmos cada vez mais nas mudanças ocorridas por força da regulamentação do setor elétrico.

Agora a CERAL - DIS trabalha conforme as normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.015, a sua composição resultou de mudanças contábeis significativas impostas pelo Órgão Regulador, a qual ajustou os efeitos da contabilidade internacional para a contabilidade societária, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, absorvidos totalmente no exercício de 2.015, porém, o impacto causado foi de caráter econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Quanto a próxima revisão tarifária, a ANEEL está em fase de elaboração de uma nova metodologia tarifária para as Cooperativas Permissionárias de Energia, a qual poderá melhorar nossas tarifas de energia, visto que, em comparação com a COPEL, nossas tarifas entre janeiro e junho estavam na média aproximadamente 50 % menor e entre julho e dezembro 35% menor; tanto a INFRACOOOP, as Federações Estaduais e as próprias cooperativas individualmente estão elaborando propostas para esta metodologia, que deverá ser editada até março do ano de 2016.

Em nosso sistema elétrico interno continuamos fazendo as manutenções normais, como limpeza de rede, troca de isoladores, manutenção preventiva de religadores. No entanto, principalmente a partir de setembro, tivemos um ano atípico devido a quantidade excessiva de chuvas, descargas atmosféricas e ventos além do normal para nossa região; isto provocou grandes avarias no sistema, como quebra de postes, cabos e isoladores rompidos, queima de transformadores e religadores, trazendo além de prejuízos financeiros muita fadiga e estresses aos colaboradores, principalmente aos que atendem as redes de distribuição.

Apesar dos desafios enfrentados em 2015 e a expectativa de uma nova revisão tarifária para o ano de 2016, continuaremos em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e sempre agradecidos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Adolf Hendrik Van Arragon

Cenário

A CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, São José da Boa Vista e Pirai do Sul, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 07 anos de existência.

A CERAL – DIS, concluiu o processo de renovação da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001, sendo Permissionária a esta permissionária a certificação no mês de dezembro de 2015 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de Dezembro de 2014 a Dezembro de 2015 sendo renovada a certificação até dezembro de 2017. A Permissionária está certificada desde o ano de 2011.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 33 novas ligações sendo 22 rurais, 09 residenciais e 02 industriais, totalizando 943 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,40% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	190	176	190	197	198
Comercial	63	58	61	58	54
Industrial	16	13	15	16	14
Rural	654	652	647	649	667
Poderes Públicos	10	9	9	5	5
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	1	3	3	3	3
Total	935	912	926	929	942
Varição	-10,70%	-2,46%	1,54%	0,32%	1,40%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 22,45 GWh (21,75 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 55% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 2,6% em relação ao ano de 2014. A classe industrial representa 35% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 4,6% em relação ao ano de 2014. No meio rural, o desempenho deve-se,

principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

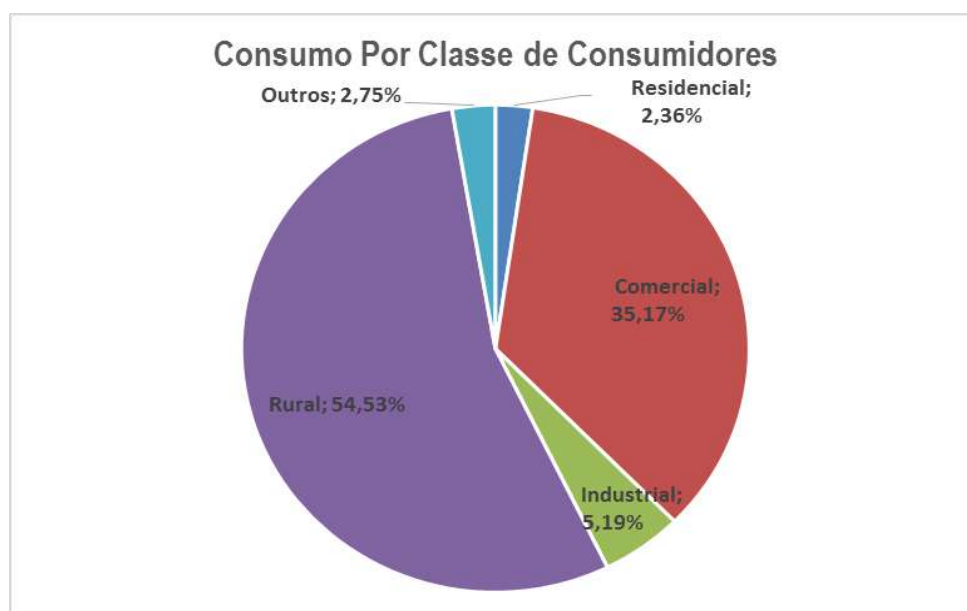
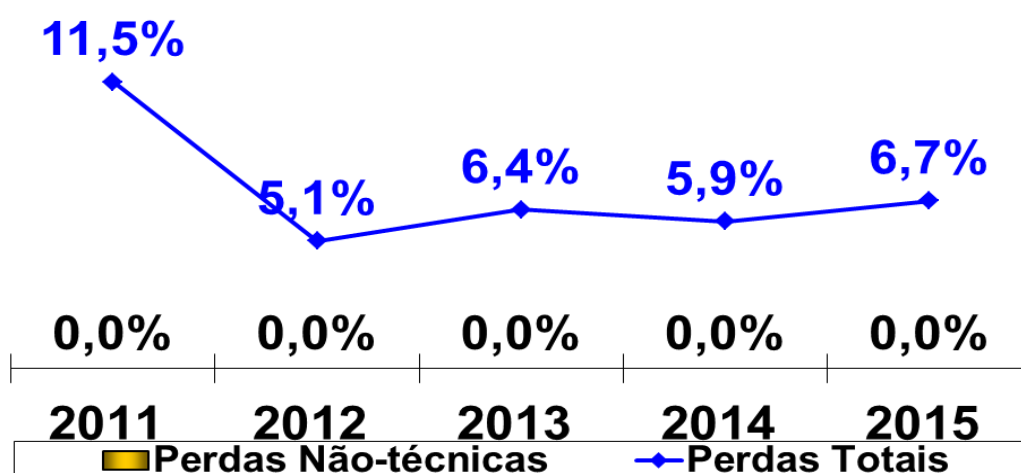
Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	20	21	21	22	22
Fornecimento	20	21	21	22	22
Residencial	0	0	1	1	1
Comercial	7	7	8	8	8
Industrial	1	1	1	1	1
Rural	11	11	12	12	12
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	0	0	0	0	0
Serviço Público	0	0	0	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	20	21	21	22	22
Variação	7,64%	4,15%	3,54%	1,71%	3,21%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 13,5% em 2014 para 2015.

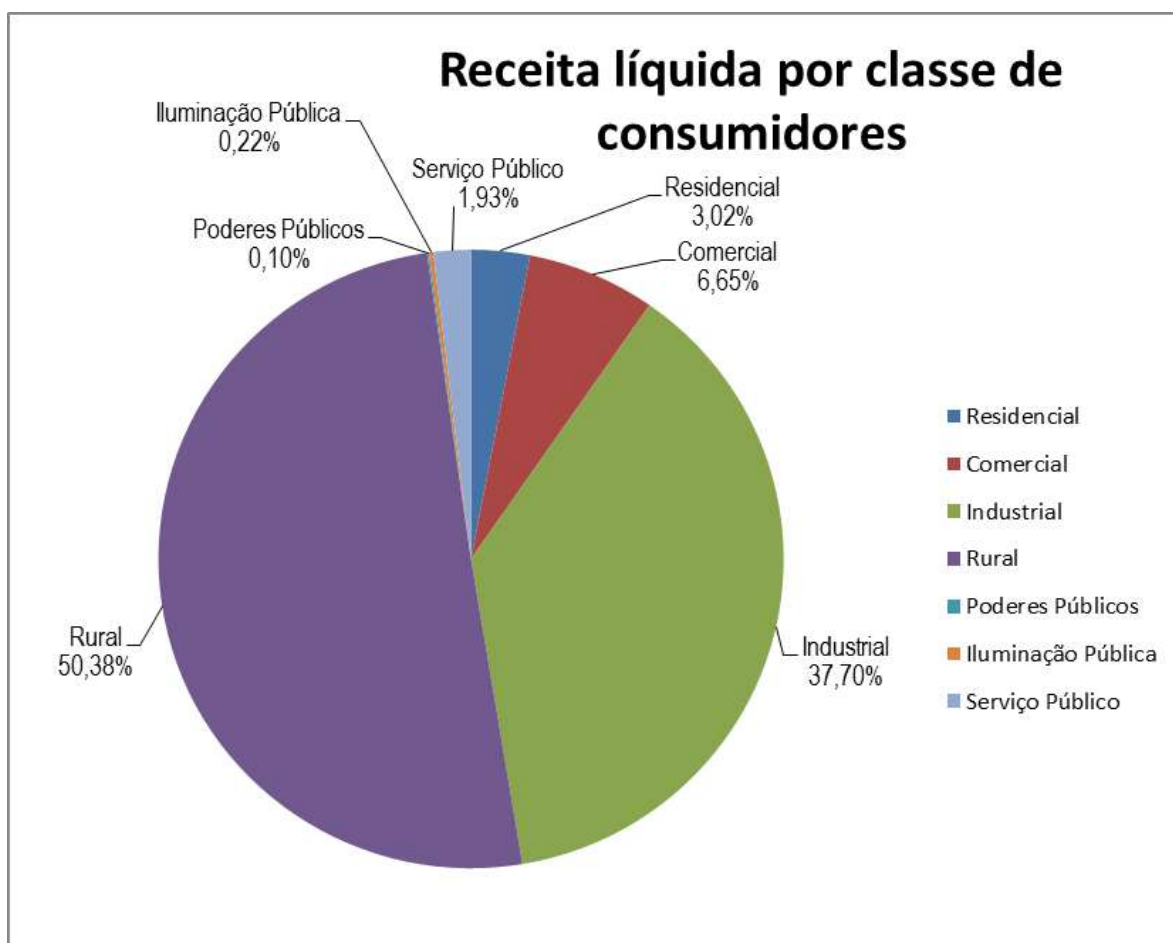
Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	20	21	21	22	22
- Fornecimento	20	21	21	22	22
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	20	21	21	22	22
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	3	1	1	1	2
Perdas Técnicas	3	1	1	1	2
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	3	1	1	1	2
PT / Energia Requerida %	11,5%	5,1%	6,4%	5,9%	6,7%
Total	22	22	22	23	24



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 5.198,90 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	2015	2014	%
Residencial	157,12	120,55	30,34%
Comercial	345,73	269,89	28,10%
Industrial	1.959,78	1.476,05	32,77%
Rural	2.619,19	1.904,09	37,56%
Outros	117,08	90,71	119,88%
Poderes Públicos	5,03	3,24	55,25%
Iluminação Pública	11,47	8,34	37,53%
Serviço Público	100,58	79,13	27,11%
Total	5.198,90	3.861,29	34,64%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 1,40 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2015	2014	Var %
Residencial	198	197	0,51%
Comercial	54	58	-6,90%
Industrial	14	16	-12,50%
Rural	667	649	2,77%
Outros	9	9	0,00%
Poderes Públicos	5	5	0,00%
Iluminação Pública	1	1	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	942	929	1,40%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 211,55, com aumento de 19,26% com relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL no de 1912/06/15.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	305,45
Comercial	301,85
Industrial	248,88
Rural	216,41

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	320	320	195	224

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	23,65	11,61	2,02
2012	21,48	17,56	1,50
2013	18,12	15,93	1,37
2014	24,83	15,31	2,23
2015	37,27	18,21	2,06

Atendimento ao consumidor - Foi lançado em Dezembro de 2015 o Programa de Conservação e Aquecimento, Lâmpadas LED e PL, em parceria com um Colégio Estadual, que teve o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica no Centro de Educação e disseminar informações de combate ao desperdício de energia aos professores, alunos, funcionários e demais colaboradores da instituição. O projeto abrangerá aproximadamente 450 pessoas, entre alunos e demais envolvidos.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Em 2015, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

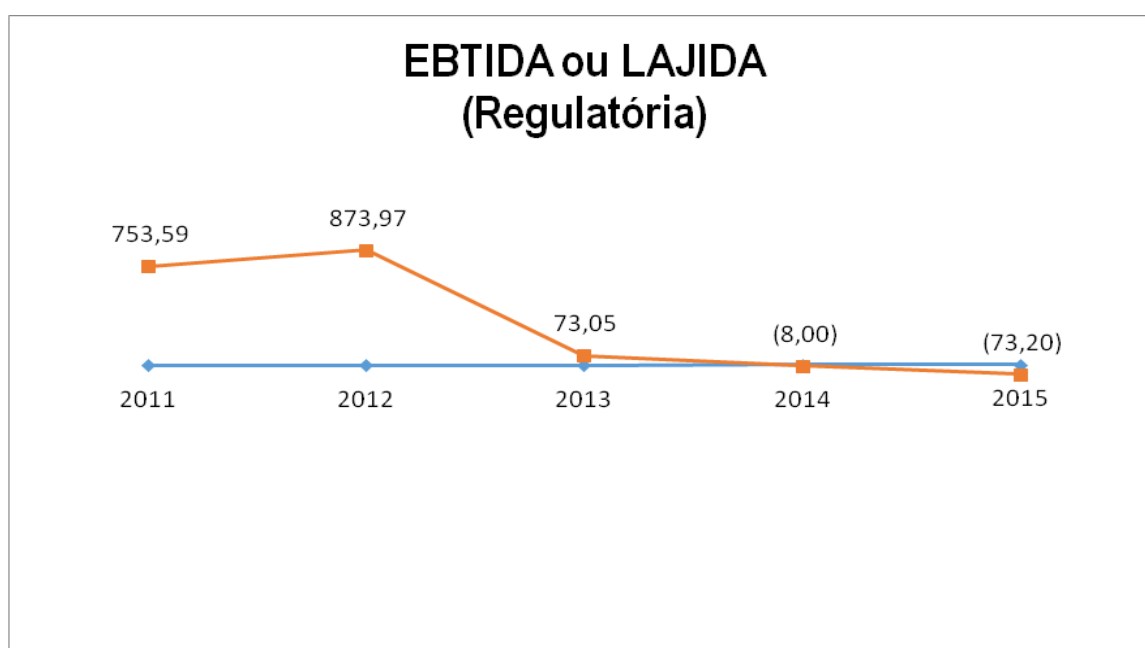
- Troca de computador que atende a área de faturamento da permissionária, proporcionando maior agilidade no atendimento aos cooperados;
- Aquisição de licença de software contábil para melhor atendimento a nova exigência da Receita Federal na nova metodologia chamada ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (566,26) mil, contra R\$ (482,89) mil em 2014, um aumento de 17,26%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 5.061,22mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 4.578,81 mil. Esse aumento de 10,54% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2015 foi de 41%.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 5.672,06 mil, 9,96% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 762,87% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (6,87)% contra (5,35)% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ (73,20) mil, inferior em 815,00% a 2014, que foi de R\$ (8,00) mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 307,00 mil, 29,54% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 280,23 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 2.032,00 mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominiais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	156	237	307	956	396	226	226	226
Transformador de Distribuição	42,90	40,08	101,02	75,16	74,58	70,39	70,39	70,39
Medidor	17,58	36,03	53,44	24,59	28,67	28,67	28,67	28,67
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)								
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	68,14	52,65	125,77	286,14	257,89	127,38	127,38	127,38
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-

Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	28	108	27	570,22	35,00	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

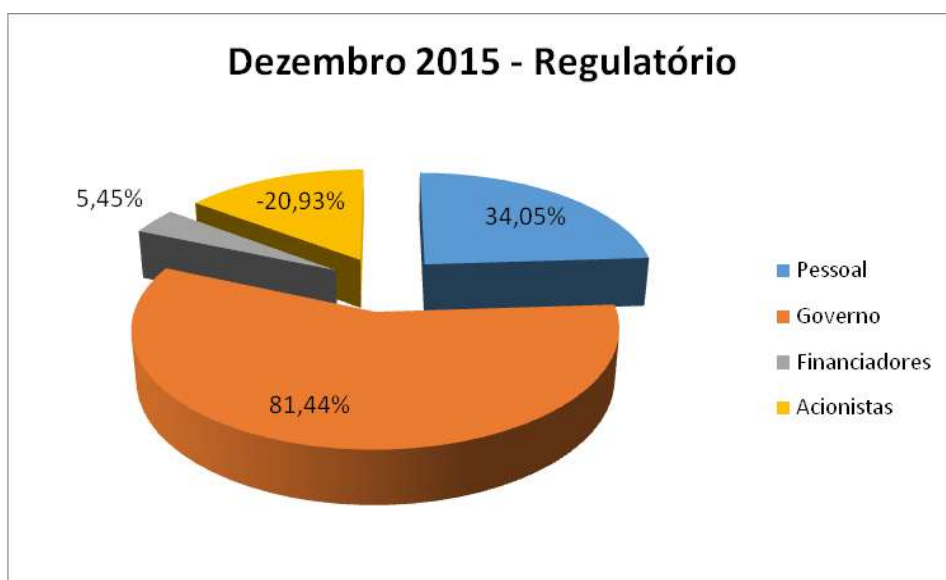
O quadro representa os investimentos realizados em 2015 pela permissionária em comparação a 2014 representando um percentual de -32,6% menor entre o projetado no PDD de 2014 e o realizado.

O valor realizado em 2015 não está em concordância ao projetado devido a uma obra que não foi realizada.

Para 2016 será realizada a obra para atendimento a um novo ponto de medição em MT previsto em 2015 e não realizado.

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	307	956	396	226	226	226
R\$ Mil	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2014	456	411	396	226	226	226
Diferença	-32,6%	132,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Valor adicionado regulatório: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 3.061,60 mil, representando 41,91% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Permissionária era de R\$ 1.988,11mil, composto por 1.988.105 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, e pela expectativa que ainda será definida pela metodologia tarifária a ser aplicada às Permissionárias neste 2º Ciclo de Revisão Tarifária a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares. Aos colaboradores que optaram pela continuidade dos estudos seja no nível Médio como Acadêmico, a Permissionária oferece bolsa de estudo que cobre em até 50% do valor da mensalidade escolar.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	942	930	1,29%
Número de empregados	18	18	0,00%
Número de consumidores por empregado	52	52	0,63%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	885,40	885,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5	4	24,11%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	44.166,33	44.194,00	-0,06%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	234,49	177,38	32,20%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	305,45	227,31	34,38%
Comercial	301,85	226,78	33,10%
Industrial	248,88	196,28	26,80%
Rural	216,41	159,57	35,62%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	37,27	24,83	50,10%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,86	0,63	36,51%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,18	2,37	-8,02%
FEC (número de interrupções)	18,21	15,31	18,94%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,84	1,66	-49,40%

Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	495	503,98	-1,69%
Capacidade instalada (MW)	29,3	24,31	20,53%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	7.304,71	5.498,66	32,85%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	5.061,22	4.578,81	10,54%
Margem operacional do serviço líquida (%)	44,33%	20,09%	120,65%
EBITDA OU LAJIDA	(73,20)	(8,00)	815,00%
Lucro líquido (R\$ mil)	-566,26	-482,89	17,26%
Lucro líquido por mil cotas	-566,26	-482,89	17,26%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.232,19	9.026,00	-8,79%
Valor patrimonial por cota R\$	8.232,19	9.026,00	-8,79%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-0,07	-0,05	28,57%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,30	0,18	65,03%
Em moeda nacional (%)	0,30	0,18	65,03%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,39	2,92	16,10%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1369,33	1.208,45	13,31%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	26,17	23,39	11,89%
Retorno de ativos por unidade	-0,08	-0,07	14,29%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Arapoti, Paraná, 29 de Abril de 2.016

A Administração

10-Balanço Patrimonial Regulatório

10 Balanço Patrimonial Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	2.862,80	2.592,22
Caixa e equivalentes de caixa	1.418,09	1.600,84
Consumidores	685,26	391,95
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	67,36	33,00
Tributos compensáveis	76,12	79,65
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	123,46	110,99
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	224,05	102,14
Despesas pagas antecipadamente	25,19	25,47
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	243,27	248,18
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	7.798,53	8.047,71
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	20,87	19,17
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5,22	3,50
Imobilizado	7.742,98	8.001,99
Intangível	29,46	23,05

Total do ativo	10.661,33	10.639,93
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	1.488,28	626,52
Fornecedores	400,67	252,01
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	98,30	81,60
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	168,87	96,56
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	478,52	120,42
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	320,47	50,60
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	21,45	25,33
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	940,86	987,40
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	797,83	871,76
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-

Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	143,03	115,64

Total do passivo	2.429,14	1.613,92
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	8.232,19	9.026,01
Capital social	1.988,10	1.988,01
Reservas de capital	(405,06)	(820,22)
Outros resultados abrangentes	5.337,36	5.826,37
Reservas de lucros	-	2.031,85
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	197,41	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.977,22	-
Sobras à disposição da Assembleia	(862,84)	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	8.232,19	9.026,01
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	10.661,33	10.639,93
---	------------------	------------------

11-Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	7.304,71	5.498,66
Fornecimento de energia elétrica	2.555,30	1.671,70
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.648,33	2.996,74
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	79,23	-
Serviços cobráveis	0,43	0,58
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.021,42	829,64
Outras receitas	-	-
Tributos	(1.030,70)	(790,92)
ICMS	(922,71)	(730,81)
PIS-PASEP	(19,23)	(10,71)
Cofins	(88,76)	(49,40)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.212,81)	(141,25)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(25,31)	(23,26)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(25,31)	(22,98)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(642,40)	(82,69)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(11,34)	(12,32)
Outros encargos	(508,45)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	5.061,20	4.566,49
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.793,67)	(2.445,25)

Energia elétrica comprada para revenda	(2.793,67)	(2.445,25)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.267,53	2.121,24
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.902,85)	(2.697,01)
Pessoal e administradores	(1.342,89)	(1.221,97)
Material	(104,23)	(96,28)
Serviços de terceiros	(628,28)	(600,93)
Arrendamento e aluguéis	(170,65)	(160,72)
Seguros	(10,61)	(10,33)
Doações, contribuições e subvenções	(27,23)	(24,85)
Provisões	0,02	(0,30)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	7,61	9,53
Tributos	(4,47)	(3,17)
Depreciação e amortização	(562,13)	(570,96)
Gastos diversos	(35,51)	(20,53)
Outras Receitas Operacionais	6,49	42,44
Outras Despesas Operacionais	(30,97)	(38,94)

Resultado da Atividade	(635,32)	(575,77)
-------------------------------	-----------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	69,06	92,88
Despesas financeiras	(129,53)	(92,01)
Receitas financeiras	198,59	184,89

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(566,26)	(482,89)
---	-----------------	-----------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(89,08)	(20,58)
---	----------------	----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	(655,34)	(503,47)
--	-----------------	-----------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	----------	----------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	(0,33)	(0,25)
-----------------------	---------------	---------------

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(0,33)	(0,25)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
---	----------	----------

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

12 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribui o de Energia Elétrica de Arapoti

CNPJ no 10.532.365/0001-30

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.717,39	(901,91)	6.402,46	2.228,60	272,14	-	-	-	9.718,68
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(1,52)	-	-	-	-	-	-	-	(1,52)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(156,88)	-	-	-	(156,88)
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	81,69	(576,09)	-	-	-	-	-	(494,40)
Destina�o proposta � A.G.O.:	272,14	-	-	-	(272,14)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(198,59)	198,59	-	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	41,71	(41,71)	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(39,88)	-	-	-	-	(39,88)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.988,01	(820,22)	5.826,37	2.031,84	0,00	-	-	-	9.026,00
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,10	-	-	-	-	-	-	-	0,10
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(174,37)	-	-	-	(174,37)
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	415,16	(489,01)	-	371,78	-	33,28	-	331,21
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(896,12)	-	(896,12)
Reserva legal	-	-	-	(90,32)	-	90,32	-	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(506,77)	-	452,13	-	-	(54,64)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.434,75)	-	1.434,75	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.988,11	(405,06)	5.337,36	-	197,41	1.977,20	(862,84)	-	8.232,18

13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

CERAL-DIS - Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti
 CNPJ no 10.532.365/0001-30
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	7.030,83	5.447,92
Outros recebimentos	47,37	-
Pagamentos a fornecedores	(686,90)	(619,36)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(2.741,49)	(2.500,40)
Pagamentos a empregados	(949,19)	(877,78)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29,72)	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(574,51)	(489,91)
Tributos Estaduais e Municipais	(883,99)	(709,27)
Encargos Setoriais	(670,45)	(107,23)
Outros Pagamentos	(533,84)	(404,02)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	8,11	(260,05)
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	(14,00)	-
Aquisição de imobilizado	(317,48)	(315,50)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(331,48)	(315,50)
Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	142,13	146,57

Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	-	-
Pagamento de empréstimos	-	-
Outras Despesas Financeiras	(1,51)	(1,75)
Dividendos pagos	-	-

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	140,62	144,82
---	---------------	---------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(182,75)	(430,73)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.600,84	2.031,57
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.418,09	1.600,84

14-Notas Explicativas Regulatórias

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de

Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais

ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores

livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 02 a 04, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser

estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2015	Total 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	650,67	-	30,20	1,52	-	0,17	(0,49)	0,71	0,15	-	-	-	682,94	366,73
Residencial	21,29	-	3,85	0,32	-	-	(0,32)	0,71	0,15	-	-	-	26,00	15,64
Industrial	208,99	-	10,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219,50	124,59
Comercial	44,96	-	1,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46,01	35,49
Rural	273,04	-	14,79	1,20	-	0,17	(0,17)	-	-	-	-	-	289,04	155,10
Poderes Públicos	1,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,61	0,72
Iluminação Pública	1,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,79	0,97
Serviço Público	10,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,98	8,48
Serviço Taxado	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,02	-
Fornecimento Não Faturado	88,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88,00	25,74
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	650,67	-	30,20	1,52	-	0,17	(0,49)	0,71	0,15	-	-	-	682,94	366,73

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2015 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	14.178,10	421,25	(203,64)	4,35	(206,45)	14.193,61	221,96	(6.843,88)	7.349,73	7.703,24	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	13.961,27	388,29	(173,57)	4,35	(206,45)	13.973,89	219,07	(6.710,28)	7.263,61	7.615,77	-	-	-
Veículos	195,88	32,96	(30,07)	-	-	198,77	2,89	(125,38)	73,39	72,42	-	-	-
Móveis e utensílios	20,95	-	-	-	-	20,95	-	(8,23)	12,73	15,05	-	-	-
Administração	11,65	7,25	-	-	-	18,90	7,25	(8,58)	10,32	5,24	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2,32	7,25	-	-	-	9,57	7,25	(0,98)	8,59	2,05	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	9,33	-	-	-	-	9,33	-	(7,61)	1,72	3,18	-	-	-
Comercialização	1,43	2,92	-	(4,35)	-	-	(1,43)	-	-	0,50	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1,43	2,92	-	(4,35)	-	-	(1,43)	-	0,00	0,50	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.191,18	432,85	(203,64)	(1,43)	(206,45)	14.212,51	227,78	(6.852,46)	7.360,05	7.708,98	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	293,01	579,07	-	(487,73)	-	384,36	91,34	-	384,36	293,01	-	-	-
Máquinas e equipamentos	33,40	534,20	-	(388,29)	-	179,31	145,91	-	179,31	33,40	-	-	-
Outros	259,62	44,87	-	(99,44)	-	205,05	(54,57)	-	205,05	259,62	-	-	-
Administração	5,31	-	-	(5,31)	-	(0,00)	(5,31)	-	(0,00)	5,31	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5,31	-	-	(5,31)	-	(0,00)	(5,31)	-	(0,00)	5,31	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	2,92	-	-	(2,92)	-	-	(2,92)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	2,92	-	-	(2,92)	-	-	(2,92)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	301,24	579,07	-	(495,96)	-	384,36	83,11	-	384,36	298,32	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	14.492,43	1.010,49	(203,64)	(495,96)	(206,45)	14.596,87	310,89	(6.852,46)	7.744,41	8.007,30	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	31,40	14,00	-	-	-	45,40	14,00	(19,90)	25,50	19,50
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	31,40	14,00	-	-	-	45,40	14,00	(19,90)	25,50	19,50
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	155,93	3,94	-	-	-	159,87	3,94	(155,90)	3,96	3,54
Softwares	155,93	3,94	-	-	-	159,87	3,94	(155,90)	3,96	3,54
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	187,33	17,94	-	-	-	205,27	17,94	(175,80)	29,46	23,04

Ativo Intangível em Curso

Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição	-	14,00	-	(14,00)	-	-	-	-	-	
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Softwares	-	14,00	-	(14,00)	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Administração	-	3,94	-	(3,94)	-	-	-	-	-	
Softwares	-	3,94	-	(3,94)	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	-	17,94	-	(17,94)	-	-	-	-	-	
Total do Ativo Intangível	187,33	35,88	-	(17,94)	-	205,27	17,94	(175,80)	29,46	23,04

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	13.961,27	388,29	(173,57)	4,35	(206,45)	13.973,89	219,07
Transformador de Distribuição	3.094,10	98,95	(37,03)	-	-	3.156,02	61,92
Medidor	652,02	37,13	(13,20)	-	-	675,95	23,93
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.224,82	157,97	(27,64)	-	-	3.355,15	130,33
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	6.990,33	94,24	(95,70)	4,35	(206,45)	6.786,77	2,89
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-
--------	---	---	---	---	---	---	---

	2015				2014
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	2,04	14.193,62	(6.843,89)	7.349,73	7.722,74
Custo histórico	1,02	3.253,73	(1.241,37)	2.012,36	1.896,37
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	1,02	10.939,89	(5.602,52)	5.337,37	5.826,37
Administração	11,87	18,89	(8,57)	10,32	8,78
Custo histórico	11,87	18,89	(8,57)	10,32	8,78
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	0,50
Custo histórico	-	-	-	-	0,50

Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-		-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	382,93	-	382,93	293,01
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	382,93	-	382,93	293,01
Administração	-		-	-	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	323,47	46,61	5,50	-	-	12,71	388,29
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	323,47	46,61	5,50	-	-	12,71	388,29

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 367 de 2009, são as seguintes:

Distribuição

Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00

Administração Central

Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo

que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. KFE 15KV	28,31
2 - REGULADOR DE TENSÃO,REGULADOR DE TENSÃO,anterior até ;13,8kV,anterior até 76,2 KVA,anterior até 100A,MONOFÁSICO / UNIPOLAR	17,81
3 - REGULADOR DE TENSÃO,REGULADOR DE TENSÃO,anterior até ;13,8kV,anterior até 76,2 KVA,anterior até 100A,MONOFÁSICO / UNIPOLAR	17,81
4 - REGULADOR DE TENSÃO,REGULADOR DE TENSÃO,anterior até ;13,8kV,anterior até 76,2 KVA,anterior até 100A,MONOFÁSICO / UNIPOLAR	17,81
5 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO,AÉREO,anterior até ;13,8kV,220/127 V,anterior até 75 KVA,TRIFÁSICO / TRIPOLAR,CONVENCIONAL	14,44
6 - ESTRUTURA (POSTE, TORRE),POSTE,DUPLO T,CONCRETO,12 M,anterior até 1000 daN	12,76
7 - CONDUTOR,CLASSE DE TENSÃO INFERIOR A 69kV,ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO,NÚ,4 AWG,MONOFÁSICO / UNIPOLAR	10,08
8 - TRANSFORMADOR DE MEDIDA,CONJUNTO DE MEDIÇÃO (TP e TC),anterior até 15,0kV,anterior até 70:1,anterior até 13,8/v3 kV / 115 / 115/v3,0,3P75,Externo	9,52
9 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO,AÉREO,anterior até ;13,8kV,220/127 V,anterior até 75 KVA,TRIFÁSICO / TRIPOLAR,CONVENCIONAL	6,51
10 - ESTRUTURA (POSTE, TORRE),POSTE,DUPLO T,CONCRETO,12 M,anterior até 1000 daN	9,52

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. KFE 15KV	32,25
2 - RELIGADOR TRIFASICO COOPER POWER SYSTEMS MOD. SEV 1506 15KV	26,68
3 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFÁSICO 100 A	15,47
4 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFÁSICO 100 A	15,47
5 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFÁSICO 100 A	15,47
6 - CONJUNTO DE MEDIÇÃO 15 KV , 15-5 A Nº SÉRIE 001/13/0001	10,08
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 15 KVA TRIFÁSICO	3,76
8 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 34,5kV 254/127 V 15 KVA MONOFÁSICO	3,47
9 - MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL DE ENERGIA TRIFÁSICO	2,86
10 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO 13,8kV 220/127 V 112.5 KVA TRIFÁSICO	2,56

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERAL-DIS não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2015.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERAL-DIS, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Esta Permissionária teve seu segundo reajuste tarifário no mês de junho de 2011 e para 2012 permaneceram as mesmas tarifas desse reajuste conforme determinação da ANEEL, em 2013 teve sua 1ª RTP (Revisão Tarifária Periódica), em Junho de 2014 houve o terceiro reajuste tarifário e em Junho de 2015 houve o quarto reajuste tarifário, não existindo diferimento de tarifa.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transf- erencias	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	102,14	198,96	(116,16)	1,13	37,98	224,05	53,45	170,60	224,05	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	3,39	37,70	-	1,13	(4,77)	37,45	-	37,45	37,45	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	98,75	161,26	(116,16)	-	42,75	186,60	53,45	133,15	186,60	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	102,14	198,96	(116,16)	1,13	37,98	224,05	53,45	170,60	224,05	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROINFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	922,36	666,38	(159,89)	9,28	(319,84)	1.118,29	884,01	234,28	320,46	797,83
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	12,02	291,54	(12,54)	8,90	(181,45)	118,47	8,49	109,98	118,47	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	910,34	112,15	(147,35)	0,38		875,52	875,52	-	77,69	797,83
Outros	-	262,69		-	(138,39)	124,30	-	124,30	124,30	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	922,36	666,38	(159,89)	9,28	(319,84)	1.118,29	884,01	234,28	320,46	797,83

7. Empréstimos e Financiamentos

A CERAL-DIS não possui endividamento financeiro no exercício de 2015.

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação ou repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2T-4T2014	2015	2016	2017	2018	2019+	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	-

União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

02

Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
																2T-4T2014	2015	2016	2017	2018	2019+	
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo Final de Caixa - Conta	-	1.356,85	-	1.356,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

111																						
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(1.356,85)	-	(1.356,85)	(1.600,84)
Alta Liquidez	-	(1.356,85)	-	(1.356,85)	(1.600,84)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(1.356,85)	-	(1.356,85)	(1.600,84)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERAL-DIS não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2014 e 2015.

9. Provisões para Litígios

A CERAL-DIS não possui provisões para litígios nos exercícios 2014 e 2015.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00%	(40,00)	-	-	(40,00)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(40,00)	-	-	(40,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-

Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(40,00)	-	-	(40,00)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação
Em serviço	(26,00)	(14,00)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(26,00)	(14,00)	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	(26,00)	(14,00)	-	-	-

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação
Em Curso	-	(14,00)	-	14,00	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(14,00)	-	14,00	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-
Outros	(89,64)	(13,38)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(52,53)	(6,01)	-	-	-
Excedente de reativos	(37,11)	(7,37)	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	(89,64)	(27,38)	-	14,00	-

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve adições de obrigações especiais no exercício.

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 1.988,11e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotistas	Cotas	%
Adolf Hendrik Van Arragon	8.512	0,4281
Adriaan Frederik Kok	6.673	0,3356
Alberto Carlos van de Pol	14.501	0,7294
Pedro Elgersma	44.950	2,2609
Wiefred Alberts	2.045	0,1029
Marius Cornelis Bronkhorst	9.566	0,4812
Johannes Bosch	6.247	0,3142
Marcelo Geraldo Kool	5.349	0,2691
Wim Koopman	1.737	0,0874
Pieter Voorsluys	4.262	0,2144
Martinus Kool	16.234	0,8166

Albert Cristiaan Kok	4.359	0,2193
Beate Von Staa	22.980	1,1559
Adriaan Jacob Bronkhorst	7.764	0,3905
Capal - Cooperativa Agro Industrial	524.632	26,3885
Demais Cooperados (n° de 228)	1.308.294	65,8061
T O T A L	1.988.105	100,00

Reservas de Capital

	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-405,06	-820,22
Total	(405,06)	(820,22)

Reservas de Lucros

	2015	2014
Reserva legal	-	90,32
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	1.941,53
Total	-	2.031,85

Reservas de Sobras

	2015	2014
Reserva legal	90,32	-
Lucros a realizar	-	-
RATES	452,14	-
Reservas Estatutárias	1.434,76	-
Total	1.977,22	-

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2015, não apresentou sobras com cooperados e nem lucros com não cooperados.

As perdas apuradas com cooperados bem como o prejuízo apurados com não cooperados foram absorvidos pela Reserva Legal.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	942	929	22.449,55	21.752,10	6.154,77	4.584,03
Residencial	198	197	530,00	530,33	226,80	168,99
Industrial	14	16	7.895,03	7.519,94	2.618,23	2.011,21
Comercial	54	58	1.165,13	1.190,08	492,65	378,60
Rural	667	649	12.241,71	11.932,37	2.646,62	1.901,70
Poder público	5	5	16,57	14,28	7,16	4,56
Iluminação pública	1	1	61,04	61,00	16,77	11,75
Serviço público	3	3	540,08	504,10	146,54	107,22
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	3.648,33	2.996,74
Consumidores Cativos	-	-	-	-	3.648,33	2.996,74
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(3.661,72)	(3.019,49)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(6,02)	(12,58)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(7,37)	(10,17)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(3.648,33)	(2.996,74)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	62,26	(23,35)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	79,23	130,50
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	0,43	0,58
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.021,42	829,64
Total	942,00	929	22.449,55	21.752,10	7.304,72	5.498,65

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

2015 2014

	2015	2014
Pessoal	1.282,79	1.165,62
Remuneração	1.002,64	922,14
Encargos	288,46	266,76
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	0,44
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	51,37	50,41
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	(59,68)	(74,13)
Administradores	60,11	56,35
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	60,11	56,35
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	1.342,90	1.221,97

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

2015 2014

Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(566,26)	(482,89)
Ajustes Efeitos IFRS	(415,16)	346,60
Lucro Ajustado	(981,42)	(136,29)
Ajustes Lalur	1.352,59	222,04
Base de Calculo Fiscal	371,17	85,75
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(89,08)	(20,58)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-

Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(89,08)	(20,58)

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver de valor muito relevante para nosso porte, no valor de R\$ 925,93 (R\$/1000).

Esta bolha financeira, atualmente, no exercício do Reajuste Anual Tarifário base 2015/2016, está ainda avaliada em:

Bolha financeira a ser devolvida no exercício: R\$186,46 (R\$/1000)

Bolha financeira diferida para os próximos exercícios: R\$ 745,87 (R\$/1000)

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizada pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.912, de 23 de junho de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Permissionária resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 41,35%, correspondendo a um efeito médio de 41,22% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.789,30
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	377,82
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	13.411,48
(6) Depreciação Acumulada	5.312,87
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	41,37
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-

(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.517,80
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	536,46
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	321,12

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	789,03
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	197,26
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	197,26
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	394,52
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	10,79
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	31,90
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	81,87
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	124,56

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	4.330,04	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	1.389,50	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	11,63	-	-	-	-	-
CDE	1.182,96	-	-	-	-	-
PROINFA	140,46	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	54,45	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.155,45	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.155,45	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	1.785,09	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	1.785,09	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.430,53	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	2.430,53	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	42,91	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(1,56)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	41,35	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	0,10	-	-	-	-	-

7. Efeito para Consumidor	41,22	-	-	-	-	-
---------------------------	-------	---	---	---	---	---

15-Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		2.862,80	-	2.862,80	2.592,22	(102,14)	2.490,08
Caixa e equivalentes de caixa		1.418,09	-	1.418,09	1.600,84	-	1.600,84
Consumidores	14.1	685,26	-	685,26	391,95	-	391,95
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		67,36	-	67,36	33,00	-	33,00
Tributos compensáveis		76,12	-	76,12	79,65	-	79,65
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		123,46	-	123,46	110,99	-	110,99
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	224,05	-	224,05	102,14	(102,14)	-
Despesas pagas antecipadamente		25,19	-	25,19	25,47	-	25,47
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		243,27	-	243,27	248,18	-	248,18
Ativo não circulante		7.798,53	(5.337,36)	2.461,17	8.047,71	(5.826,37)	2.221,34
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		20,87	-	20,87	19,17	-	19,17
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-

Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	673,26	673,26	-	559,39	559,39
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5,22	-	5,22	3,50	-	3,50
Imobilizado	14.4	7.742,98	(7.646,53)	96,45	8.001,99	(7.908,78)	93,21
Intangível	14.5	29,46	1.635,91	1.665,37	23,05	1.523,02	1.546,07
Total do ativo		10.661,33	(5.337,36)	5.323,97	10.639,93	(5.928,51)	4.711,42

Passivo							
Passivo circulante		1.488,28	-	1.488,28	626,52	(50,60)	575,92
Fornecedores		400,67	-	400,67	252,01	-	252,01
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		98,30	-	98,30	81,60	-	81,60
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		168,87	-	168,87	96,56	-	96,56
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		478,52	-	478,52	120,42	-	120,42
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	320,47	-	320,47	50,60	(50,60)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		21,45	-	21,45	25,33	-	25,33
Passivo não circulante		940,86	-	940,86	987,40	(871,76)	115,64
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	797,83	-	797,83	871,76	(871,76)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		143,03	-	143,03	115,64	-	115,64
Total do passivo		2.429,14	-	2.429,14	1.613,92	(922,36)	691,56

Patrimônio líquido							
Capital social		1.988,10	-	1.988,10	1.988,01	-	1.988,01
Reservas de capital		(405,06)	405,06	-	(820,22)	820,22	-
Outros resultados abrangentes		5.337,36	(5.337,36)	-	5.826,37	(5.826,37)	-
Reservas de lucros		-	-	-	2.031,85	-	2.031,85
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		197,41	(371,78)	(174,37)	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		1.977,22	-	1.977,22	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		(862,84)	(33,28)	(896,12)	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		8.232,19	(5.337,36)	2.894,83	9.026,01	(5.006,15)	4.019,86
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.661,33	(5.337,36)	5.323,97	10.639,93	(5.928,51)	4.711,42

	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		7.304,71	(357,68)	6.947,03	5.498,66	(23,81)	5.474,85
Fornecimento de energia elétrica		2.555,30	-	2.555,30	1.671,70	-	1.671,70
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		3.648,33	-	3.648,33	2.996,74	-	2.996,74
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		79,23	-	79,23	-	-	-
Serviços cobráveis		0,43	-	0,43	0,58	-	0,58
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.021,42	-	1.021,42	829,64	-	829,64
Outras receitas vinculadas		-	(357,68)	(357,68)	-	(23,81)	(23,81)
Tributos		(1.030,70)	-	(1.030,70)	(790,92)	-	(790,92)
ICMS		(922,71)	-	(922,71)	(730,81)	-	(730,81)
PIS-PASEP		(19,23)	-	(19,23)	(10,71)	-	(10,71)
COFINS		(88,76)	-	(88,76)	(49,40)	-	(49,40)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.212,81)	-	(1.212,81)	(141,25)	-	(141,25)

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(25,31)	-	(25,31)	(23,26)	-	(23,26)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(642,40)	-	(642,40)	(82,69)	-	(82,69)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(25,31)	-	(25,31)	(22,98)	-	(22,98)
Taxa de fiscalização		(11,34)	-	(11,34)	(12,32)	-	(12,32)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(508,45)	-	(508,45)	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		5.061,20	(357,68)	4.703,52	4.566,49	(23,81)	4.542,68
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.793,67)	-	(2.793,67)	(2.445,25)	-	(2.445,25)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.652,05)	-	(2.652,05)	(2.307,47)	-	(2.307,47)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(141,62)	-	(141,62)	(137,78)	-	(137,78)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.267,53	(357,68)	1.909,85	2.121,24	(23,81)	2.097,43
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.902,85)	(57,48)	(2.960,33)	(2.697,01)	370,41	(2.326,60)
Pessoal e administradores (inclui 60,11 de remuneração a administradores)		(1.342,89)	-	(1.342,89)	(1.221,97)	-	(1.221,97)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(104,23)	-	(104,23)	(96,28)	-	(96,28)
Serviços de terceiros		(628,28)	-	(628,28)	(600,93)	-	(600,93)
Arrendamento e aluguéis		(170,65)	-	(170,65)	(160,72)	-	(160,72)
Seguros		(10,61)	-	(10,61)	(10,33)	-	(10,33)
Doações, contribuições e subvenções		(27,23)	-	(27,23)	(24,85)	-	(24,85)
Provisões		0,02	-	0,02	(0,30)	-	(0,30)
Recuperação de despesas		7,61	-	7,61	9,53	-	9,53
Tributos		(4,47)	-	(4,47)	(3,17)	-	(3,17)
Depreciação e amortização		(562,13)	405,06	(157,07)	(570,96)	428,29	(142,67)
Gastos diversos da atividade vinculada		(35,51)	(1.240,61)	(1.276,12)	(20,53)	(54,38)	(74,91)
Outras Receitas Operacionais		6,49	778,07	784,56	42,44	(42,44)	-
Outras Gastos Operacionais		(30,97)	-	(30,97)	(38,94)	38,94	-
Resultado da Atividade		(635,32)	(415,16)	(1.050,48)	(575,77)	346,60	(229,17)
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		69,06	-	69,06	92,88	-	92,88
Despesas financeiras		(129,53)	-	(129,53)	(92,01)	-	(92,01)
Receitas financeiras		198,59	-	198,59	184,89	-	184,89
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(566,26)	(415,16)	(981,42)	(482,89)	346,60	(136,29)
Despesa com impostos sobre os lucros		(89,08)	-	(89,08)	(20,58)	-	(20,58)
Resultado líquido das operações em continuidade		(655,34)	(415,16)	(1.070,50)	(503,47)	346,60	(156,87)

Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(655,34)	(415,16)	(1.070,50)	(503,47)	346,60	(156,87)
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(0,33)	(0,21)	(0,54)	(0,25)	0,17	(0,08)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldos no início do exercício	2.894,82	4.019,85
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	5.337,37	5.006,15
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais		-
Reavaliação regulatória compulsória	10.939,89	11.146,33
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(5.602,52)	(5.319,96)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(405,06)	(820,22)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	371,78	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	33,28	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	8.232,19	9.026,00

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2015.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(981,42)	(136,29)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	415,16	(346,60)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(213,33)
Ativos e passivos financeiros setoriais	462,54	53,31
Reavaliação regulatória compulsória		-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(405,06)	(428,28)
Anulação Não Operacional	-	241,70
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	357,68	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(566,26)	(482,89)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária.

Ocorreu um ajuste entre societário x regulatório em fornecimento ou devolução tarifaria no exercício de 2015.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2016 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

ADOLF HENDRIK VAN ARRAGON
Diretor Presidente

ADRIAAN FREDERIK KOK
SECRETÁRIO

SAMUEL DE FREITAS
Gerente Contábil

16-Parecer do Conselho Fiscal

16 Parecer do Conselho Fiscal - Regulatório

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti – CERAL-DIS, pelos seus membros abaixo assinados, no uso de suas atribuições estatutárias e em colaboração da Auditoria Independente, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2.015, bem como as Demonstrações das Sobras ou Perdas e demais documentos durante o ano fiscal de 2.015, encontrando tudo em perfeita e boa ordem.

Quanto ao resultado verificado ao final do exercício de 2.015, a sua composição resultou de mudanças contábeis significativas impostas pelo Órgão Regulador, a ANEEL, a qual ajustou os efeitos da contabilidade internacional para a contabilidade regulatória, sendo os efeitos de exercícios anteriores reconhecidos em um único exercício, no caso, absorvidos totalmente no exercício de 2.015.

Este Conselho entende que o impacto causado foi puramente econômico atendendo uma determinação legal da ANEEL, porém não gerando efeitos financeiros neste momento na Permissionária.

Dado o exposto, recomenda-se a aprovação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Sobras ou Perdas deste exercício pela Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa.

Arapoti, 21 de março de 2016.

Antonio F. Kool

Leendert J. Kok

Jan Gerrit Berendsen

17-Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

17 Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da:

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI – CERAL-DIS

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI – CERAL-DIS**, que compreendem os balanços patrimonial regulatório e societário em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações regulatória do resultado, das mutações do patrimônio líquido regulatório e dos fluxos de caixa regulatório para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as mutações do ativo imobilizado da COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ARAPOTI – CERAL-DIS em 31 de dezembro de 2015,

referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas e como informação suplementar pelas IFRS, as quais não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis regulatórias da **CERAL-DIS** do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nos examinadas.

Campinas, 04 de março de 2016.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" PR.